

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing credit operations by maturity (1 to 30 days, 31 to 60 days, 61 to 90 days, 91 to 180 days, 181 to 360 days, and above 360 days) for 2013 and 2012.

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de riscos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing credit operations by risk level (AA, A, B, C, D, E, F, G, H) for 2013 and 2012.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing the number of debtors in various categories (Major debtor, Top 10, Top 20, Top 50, Top 100) for 2013 and 2012.

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing economic activity sectors (Trade, Services, Industry, Financial Intermediation, Physical Person, Total) for 2013 and 2012.

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Large table showing the composition of credit operations and provision for doubtful liquidation credits, categorized by risk level and specific/provision types.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing the movement of the provision for doubtful liquidation credits (Balance, Constitution, Recipients, Final Balance, Specific/General Provisions, Recovery, Renegotiation) for 2013 and 2012.

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7e); e

(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

10) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing investments in companies, including Banco Bradesco BERJ S.A., Banco Bradescard S.A., Banco CBS S.A., Bradescard Eio Participações S.A., Bankpar Consultoria e Serviços Ltda., Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda., MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A., and Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;

(2) Nova denominação do Banco BERJ S.A., conforme Ato Societário de 15 de agosto de 2013;

(3) Nova denominação do Bankpar Arrendamento Mercantil S.A., conforme Ato Societário de 26 de abril de 2013; e

(4) Empresa adquirida em 25.9.2013.

b) Outros investimentos referem-se basicamente a ações da BM&FBOVESPA no montante de R\$ 11 mil (2012 - R\$ 11 mil).

11) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing fixed assets and their depreciation (Taxa, Custo, Depreciação) for 2013 and 2012.

12) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing intangible assets and their amortization (Taxa, Custo, Amortização) for 2013 and 2012.

(1) Softwares adquiridos de empresas especializadas; e

(2) Representado pelo ágio na aquisição da participação acionária do Banco Bradescard S.A. (atual denominação do Banco Ibi S.A. - Banco Múltiplo), amortizado mediante a realização por rentabilidade futura/carteira de clientes registrados no Ativo Permanente, que será amortizado até novembro de 2029. No exercício de 2013 foi amortizado o montante de R\$ 50.714 mil (2012 - R\$ 50.714 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

R\$ mil

Table showing the movement of provisions (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Previdenciárias) for 2013 and 2012.

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing interbank deposits by maturity (1 to 30 days, 31 to 180 days, 181 to 360 days, Total) for 2013 and 2012.

b) Despesas em captações

Representada por Captação de Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 1.490.854 mil (2012 - R\$ 471.836 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing other provisions (Fiscais e previdenciárias) for 2013 and 2012.

b) Diversas

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Table showing various provisions for 2013 and 2012.

(1) Refere-se substancialmente a Contas a Pagar aos Estabelecimentos Comerciais pela aceitação de cartões emitidos pelo Bradesco Cartões.

16) RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Resultados de exercício futuros no montante de R\$ 135.225 mil (2012 - R\$ 228.649 mil) estão representados por taxas de anuidade contratadas pelos clientes do Bradesco Cartões, apropriadas ao resultado a razão de 1/12 dos valores contratados. Essas receitas referem-se a remuneração das atividades relacionadas à administração de cartões.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.424.455 mil (2012 - R\$ 2.424.455 mil) é representado por 278.971.552 ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

Quantidade de ações

Table showing the composition of capital social (Ordinárias, Preferenciais, R\$ mil) for 2013 and 2012.

(1) Foi homologado pelo BAOCEN em 17 de outubro de 2012, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária aumentando o capital social em R\$ 656.096 mil mediante emissão de 47.645.208 novas ações, sendo 23.822.604 ordinárias e 23.822.604 preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal, atribuídas ao acionista Banco Alvorada S.A. pela incorporação de parte das ações da Bradescard Eio Participações S.A., tornado-a sua subsidiária integral (Nota 1).

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO BANCO BRADESCO CARTOES S.A. 3



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Líquido de R\$ 4,8 bilhões e Ativos Totais de R\$ 34 bilhões.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho. Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. No exercício, o Bradesco Cartões, registrou Lucro Líquido de R\$ 540,5 milhões, correspondendo a R\$ 1.937,57 por lote de mil ações, Patrimônio

Table with 5 columns: 2013, 2012, 2013, 2012, 2013. Rows include Circulante, Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras, Passivo, Resultados de Exercícios Futuros, Patrimônio Líquido, and Total.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Table with 2 main sections: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO and DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Columns include 2º Semestre, Exercícios findos em 31 de dezembro, Capital Social, Reservas de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Lucros Acumulados, and Totais.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Table with 2 main sections: DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA and DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO. Columns include 2º Semestre, Exercícios findos em 31 de dezembro, 2013, 2012, 2013, and %. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, and Valor Adicionado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição) atuando como banco múltiplo, tem como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os segmentos de cartões constam das Demonstrações Contábeis consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A., estão sendo apresentadas partes dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.
No contexto de um processo de centralização da administração e concentração de ativos e participações em empresas do segmento de meios de pagamento (Cartões) sob o controle do Bradesco Cartões, foi aprovada pela Diretoria em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2012, a incorporação de parte das ações da Bradescard Eoi Participações S.A. pelo Bradesco Cartões, tornando-a sua subsidiária integral. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil, em 17 de outubro de 2012.
Em outubro de 2012 o Bradesco Cartões adquiriu participação no Capital Social do Banco Bradesco BERJ S.A. de 32,55%, por aporte de recursos próprios, captados com o acionista controlador, no montante de R\$ 15.000.000 mil, mediante a subscrição de 48.606 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal, conforme AGEs dos dias 8 e 10 de outubro de 2012, homologadas pelo BACEN.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.530/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (mparirmnt) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda; e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.
As receitas e despesas da natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata di e a calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.
As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição. As valorizações ou desvalorizações são registradas em conta de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:
• Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
• Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Provisão de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (accrua) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

continua...



Bradesco
Cartões

Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco. O Bradesco Cartões, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Consultivo Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

d) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Cartões S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014

Cláudio Rogério Serfório
Contador CRC 1SP212059/O-0



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

NOSSOS LEITORES ADORAM NÚMEROS. MOSTRE OS SEUS.

DIVULGAR SEUS RESULTADOS NO VALOR ECONÔMICO É INVESTIR NA SUA MARCA.



DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DO SEU BALANÇO.

Acesse www.valor.com.br/resultados
ou ligue e saiba mais: (11) 3767-1323.

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios.